

PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA E LUTA POR DIGNIDADE: UMA BREVE SÍNTESE DA REALIDADE SOCIAL DOS MORADORES DA BEIRA DO CANAL

*Eder Dutra do Carmo¹
Isaneide Rocha de Souza²*

Belém é entrecortada por ilhas, rios, igarapés que marcam a história da cidade. Por outro lado, na área urbana, as bacias tomam conta da paisagem. A relação da população amazônica com os rios vem desde nossos antepassados e ao longo do tempo sofre diversas modificações a partir da necessidade da população local. Diante desse quadro, este trabalho tem por objetivo fazer uma breve síntese sobre a realidade e os desafios enfrentados pelos moradores à margem do canal.

A política de reforma urbana nos proporciona compreender como um conjunto de acontecimentos que permitem a democratização do espaço urbano. Segundo Grazia de Grazia (2003, p. 53) a luta pela Reforma Urbana surge desde a década de 70 através dos movimentos sociais urbanos no qual trouxeram à tona um quadro de grandes desigualdades sociais. E assim, com o processo de redemocratização do país (década de 80), com o fim do Regime Militar, essa discussão ganhou força e cresceu em Belém a partir da organização da população nos movimentos sociais, especificamente os movimentos populares (Centros Comunitários, Associação de moradores, entre outros).

Todas essas reivindicações serviram para subsidiar os movimentos de base para que na década de 90, em Belém, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA fosse aprovado e dado início a devida execução (PARACAMPO, 1996). A luta da população pela garantia de necessidades básicas é antiga, tais como: moradia, água, luz, esgoto, saúde, transporte, escola etc, principalmente

¹ Professor, militante das CEB's e do Movimento Negro. E-mail: eder72.marley@gmail.com

² Assistente Social, trabalha no Hospital Beneficente Portuguesa – Belém/PA. E-mail: ir.souza@hotmail.com

para os moradores da margem dos canais. Assim, este projeto configurou-se como um conjunto de atividades que promovem a abertura de grandes canais para o devido escoamento das águas tanto das chuvas quanto dos esgotos facilitando o processo de pavimentação como um todo (vilas, passagens, ruas, entre outros) que envolvem melhorias de bens e serviços que garantam a infraestrutura básica da cidade, evitando a insalubridade nos locais de moradia da população.

É importante destacar que, atualmente, depois de mais de vinte anos da implantação do projeto (1993-2004), observa-se muitos impactos positivos e negativos para a população local, conforme relatos de moradores que habitam à margem do canal da 3 de maio. Pois, apesar dos serviços de pavimentação da área, ainda ocorrem alagamentos das moradias, principalmente nos dias de fortes chuvas, devido a pouca atuação do poder público na manutenção do canal.

Diante desse desafio, é importante mencionar que o território é o espaço de vida do ser humano (Monken & Gondim, 2016). É nele que vão se construindo modos de vida, costumes, cuidados com a saúde, moradias, alimentação, entre outros. Com isso, é necessário construir uma proposta que consiga conciliar o acesso à garantia dos direitos daqueles e daquelas que vivem à margem do canal, pois há uma biodiversidade envolvida. Nessa direção, importa compreender que esse espaço, para a maioria dos moradores, configura-se como uma extensão do quintal, sendo ali o local onde se lava e estende a roupa, onde se planta e colhe, onde criam seus animais e também como estratégia social de lazer.

Cabe mencionar que é dali que muitos utilizam o conhecimento das plantas medicinais e curativas como uma forma de complemento ao direito à saúde. Assim, conforme Moken & Gondim (2016, p. 109): "conhecer o território vivo contribui para entender como as pessoas adoecem e como podem ter saúde (processo saúde-doença) e para identificar formas de organizar ações e serviços no enfrentamento aos problemas e às necessidades da população". É nesse lócus de vivência que as trocas de saberes ancestrais são tecidas como forma de organização e resistência popular. E, motivados num sentimento de pertença contra o valor absoluto da propriedade privada, somos levados a uma postura de vanguarda nos fronts de luta contra o capital imobiliário e pelo direito à moradia digna.

O levante popular em torno dos impactos socioespaciais da macrodrenagem na área urbana de Belém são inspiradores nesse processo, contudo faz-se necessário avançar tanto nas questões de organização social e comunitária como também na potencialização da participação social, os quais dão o caráter emancipatório do futuro mais humano para essa população que historicamente estão excluídos.

Nesse cenário de avanços e retrocessos se fez necessário ações organizativas mais eficientes tais como: Movimento da Periferia, criado pelos moradores do Bairro de Fátima que lutam pela garantia de direitos sociais da comunidade; o FMPBU (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do UNA) que tem como foco de atuação a luta contra a violação dos direitos humanos ao saneamento básico e ambiental, ao ir e vir, à moradia digna, à saúde pública e, no mínimo, à própria dignidade humana; e o Movimento 28 de abril tendo como sua bandeira de luta o combate à violência policial contra a população jovem e negra da comunidade, vale lembrar que tal movimento surgiu a partir da morte de dois jovens negros e periféricos a partir da ação truculenta por policiais da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) ocorrido no referido dia que deu nome ao movimento no ano de 2019.

Atualmente os três movimentos como referências organizativas vêm lutando, cada um, dentro das suas agendas de reivindicação. O Movimento da Periferia traz como estratégia de resistência as redes de solidariedade com o mapa social da comunidade, por exemplo: apoio ao pequeno empreendedor (barbearias, vendas de comidas caseiras, açougues, entre outros), atividades de cultura e lazer, ações solidárias (distribuição de cadeiras de rodas, cestas básicas, etc.) e orientações gratuitas jurídicas feitas por moradores que tem a referida formação acadêmica. Todas essas ações são de extrema importância como estratégia de resistência por acreditar que os problemas das periferias e das quebradas a solução está nelas mesmas.

O movimento FMPBU vem travando uma luta dentro do judiciário paraense, através uma Ação Civil Pública Ambiental, ajuizada pela terceira Promotoria de Justiça e Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém. Tal processo é para que os meios institucionais: a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), sejam responsáveis pela conservação e manutenção do conjunto de obras do Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una³.

Já o Movimento 28 de Abril, por sua vez, através da realização de Círculos Culturais de Resistência, denunciando a lógica militar e sua ação sobre quem é o “suspeito”, uma vez que tal critério sempre cai sobre os jovens negros da periferia, devido os marcadores sociais impostos sobre eles. E, ao mesmo tempo, anunciando a cultura como mecanismo de memória e resistência, pois, não se gesta cidadania sem memória e história (FREIRE, 2000).

³ O Projeto de Macrodrenagem na Bacia do UNA compreende o conjunto de 17 canais de drenagem a céu aberto, galerias de drenagem subterrânea e 2 comportas, sendo considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID como a maior reforma urbana da América Latina. Disponível em: <http://frentebaciadouna.blogspot.com/2013/11/a-maior-reforma-urbana-da-america.html>.

Diante da realidade vivenciada diariamente pelos moradores, que por sua vez, são resultantes da omissão do poder público através de uma atuação mínima do Estado, acredita-se que esses movimentos trazem uma rica experiência de mobilização e organização comunitária alinhados à educação popular de se contrapor às injustiças sociais e institucionais como instrumento de resistência reforçando a ideia de que a luta precisa ser contínua e constante por direitos e dignidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRAZIA, Grazia de. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Terra/organizadores, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Adauto Lucio Cardoso - Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

MONKEN, Maurício, GONDIM, Gracia Maria de Miranda. **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde**: textos de apoio / Organização de Vera Joana Bornstein [et al]. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

PARACAMPO, Vitoria. **Reforma Urbana**: macrodrenagem e participação popular / Vitoria Paracampo; ilustração de Milza Diniz – Belém: Ed. Universitária UFPA, 1996.

Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una. Disponível em: <http://frentebaciadouna.blogspot.com/2013/11/a-maior-reforma-urbana-da-america.html>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Data de submissão: 18/05/2022

Data de aprovação: 23/05/2022